

resenha

MARTINS, José de Souza. A política do Brasil: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011 (253 p).

## O Brasil místico revisitado

Tarcísio Vanderlinde \*

O livro resulta de coletânea de escritos que emergem de conferências e publicações anteriores do autor, principalmente das duas últimas décadas. O autor aponta a edição original de “O poder do atraso” como o ponto de partida para os acréscimos e a reescrita do texto. Contudo, a leitura do livro permite lembrar discussões que já foram desenvolvidas em outros momentos como é o caso dos textos “Caminhada no chão da noite”, “Fronteira” e “A chegada do estranho”. A “mística” enquanto uma das palavras-chave do texto aparece no subtítulo da obra e deve atrair leitores e estudiosos das complexidades que envolvem a mediação religiosa nos conflitos e movimentos sociais no Brasil. Anteriormente Martins já havia sinalizado que a mediação religiosa, principalmente da Igreja Católica decorria essencialmente do estreitamento do espaço político secularizado às populações marginalizadas.

Na edição em avaliação, o sociólogo retoma a discussão sobre a mediação mística amalgamada a movimentos sociais e rediscute a “inesperada” atuação das igrejas, uma vez que

tradicionalmente talvez coubessem a elas outros papéis. O texto discute sobre a difícil combinação que faz com que influentes setores da sociedade, historicamente marcados pela tradição conservadora, como a representada pela Igreja, tenham se tornado advogados, defensores e ativos protagonistas da revolução social e das mudanças sociais profundas, no marco de uma ideologia de referência, que fez do passado o tempo regulador do possível futuro. Na visão do sociólogo, a história do envolvimento da Igreja especificamente na questão agrária, resulta das

contradições sociais que têm mobilizado, particularmente no último meio século, em favor dos pobres da terra, os camponeses e os povos indígenas. Seriam as respostas pastorais que a Igreja teria formulado para explicar a sua opção preferencial pelos pobres. E seria por fim, a história da compreensão que a Igreja teria desenvolvido não só da situação dos pobres do campo, mas da sua própria missão.

Além disso, a Igreja teria sido chamada a um maior envolvimento com as questões sociais diante da emergência



de modelos de “desenvolvimento” discutidos para o Brasil e que acabaram engrossando o “lumpen”. Na visão do autor “elites oligárquicas vestem a máscara do liberalismo e das concepções políticas modernas sem abrir mão de seus compromissos com a tradição e o latifúndio antiempresarial, entorpecedor do progresso, e sem abrir mão de suas teias de clientelismo político que nos mantêm muito aquém da política e até da civilização” (p.7).

Na crítica do autor, no tempo presente a neoesquerda populista, por meio do Bolsa Família, teria incorporado as massas excluídas ao seu projeto de poder, recompensando-as com tênue ascensão social. “O clientelismo disfarçado do Bolsa Família ameaça e, provavelmente inviabiliza a democracia no Brasil” (p.9).

Recuperando o que já discuti em “A chegada do estranho”, Martins observa sermos uma sociedade arcaica, dominada por adornos da aparência, na dialética das inversões, em que os contrários desempenhariam as funções dos opostos, na espiral de um interminável desencontro, “que move e imobiliza ao mesmo tempo a sociedade”. Martins exemplifica como isto ocorre: “Os pobres que supostamente querem grandes e profundas transformações econômicas e sociais, votam nos ricos e conservadores. Os ricos e cultos e a classe média, que supostamente querem que tudo fique como está, votam nas esquerdas e pelas transformações radicais” (p.15). “Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer, que nos enreda em realidades de que não gostamos e em fantasias que não se cumprem” (p.16). No plano político teríamos nos partidariado antes de sermos politizados. A política seria vista por nós como misticismo que depende de canonizações e de lealdades

místicas. De outro lado, a economia progride paradoxalmente por meio de produção tecnológica moderna e também pelo trabalho escravo. Do contexto se materializa um Brasil anômico resultado da atuação irresponsável das elites e do Estado em relação às populações que foram ficando a margem do processo histórico. Em decorrência da situação, o milenarismo e o messianismo teriam encontrado um campo fértil de manifestações no Brasil. Eles seriam formas de expressões “das esperanças gestadas nesses débitos e nessas incompletas e insuficientes soluções políticas das transformações sociais” [...] ...“espera que não se resolve” (p.39). A impossibilidade do encaminhamento político fortalece a manifestação milenarista.

No capítulo “Desafios da esquerda”, Martins justifica a sua opção teórica por Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo, membro e militante não conformista do Partido Comunista Francês. Para ele, Lefebvre permite uma abertura para a compreensão sociológica da diversidade social, sem minimizar questões consideradas esdrúxulas diante de doutrinas interpretativas que valorizam mais uma classe social do que outra, mais o operariado do que o camponês, por exemplo, ou na visão interpretativa de Martins “mais a classe social do que a etnia ou a raça, mais o dominante do que a mediação, mais a história do que a vida cotidiana, mais o transformador do que o repetitivo” (p.64). Um aspecto curioso neste capítulo é a referência à língua nheengatu, considerada a língua brasileira até o século XVIII quando foi proibida pelo rei de Portugal. A língua ainda permanece em muitas das nossas expressões coloquiais. Dessa constatação, Martins conclui que o Brasil é de fato um país bilingue. O nheengatu diante da língua portuguesa,

não raramente consideradas opostas, personifica “a mediação da consciência social, não sendo, pois, de estranhar que militantes políticos digam uma coisa que o povo entende de outro modo” (p.66).

Um aspecto que pode ser considerado relevante no seu texto é a problematização da relação histórica existente entre clientelismo e corrupção no Brasil. O que uma parcela da sociedade considera como corrupção não é de fato entendida assim pela maioria dos políticos e da população que os elege. Historicamente o direito do voto foi regulado pelo patrimônio de cada um. O sistema eleitoral tem uma forte tradição histórica baseado em mecanismos de intermediação política de fundamento patrimonial. Neste sentido o clientelismo político tem sido interpretado, no Brasil, como uma forma branda de corrupção meramente política, mediante a qual políticos ricos compram os votos dos eleitores pobres: uma troca de favores políticos. A conclusão do autor é que os mecanismos tradicionais do favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira. Algo absolutamente normal. Daí se constata que principalmente os pobres não votam por convicção política, mas por lealdade para pagar favores, sem se importar muito se o beneficiário do voto cometeu ilícitos e que aquilo em algum momento possa ser definido por corrupção. Assim a corrupção atinge todo o sistema clientelista com fortes componentes de dominação patrimonial. “Neste sentido, quase toda a população, sem disso ter consciência, está de algum modo real ou potencialmente envolvida em corrupção (p.96).

A última parte do livro caracteriza-se por um conjunto de textos curtos publicados anteriormente pelo autor no

Jornal O Estado de São Paulo. A temática que orientou a seleção dos artigos foi “O conformismo na modernidade brasileira”. O místico que se manifesta no lumpen merece atenção na conclusão de que “Canudos e Contestado foram revoltas provocadas para justificar a repressão republicana do Estado, revoltas religiosas e autodefensivas, em nome da tradição (p.211). O “Brasil místico” e o “Brasil racional” aparece numa inusitada análise de discursos proferidos por Lula e por Serra quando estes tomavam posse respectivamente na Presidência da República e no Governo do Estado de São Paulo. A preferência pelo “modelo Serra” é evidenciado: “O cenário que se abriu com as eleições de 2006 antepôs o Brasil místico e o Brasil racional, o Brasil tradicional e o Brasil moderno, o Brasil que cumpre um destino e o Brasil que elege um destino” (p.224).

Neste segmento, merece atenção a relação que o autor percebe entre a construção de Brasília e a mentalidade milenarista do povo brasileiro. Os construtores de Brasília teriam sabido interpretar bem esta relação. Mais do que superar o atraso JK teria imaginado fazer de Brasília colônia da modernidade. E em decorrência teria se tornado o reduto do Brasil arcaico que nos governa. Na visão do sociólogo, o projeto arquitetônico de Brasília é revelador: “O desenho, a arquitetura e os grandes espaços abertos de Brasília, que tornam ínfimo o cidadão que neles se manifesta, são, sobretudo, expressões simbólicas do poder sem povo, do atraso travestido de progresso” (p.252).

“A política do Brasil” reaproxima o leitor de algumas das principais ideias discutidas no conjunto da obra de José de Souza Martins. O estranhamento que pode vir ao se constatar a filiação política do autor parece não

comprometer a clareza de suas reflexões sociológicas. A relevância de sua contribuição acadêmica em problematizar questões sobre manifestações milenaristas no Brasil, associando-os à dinâmica dos movimentos sociais na

contemporaneidade é inquestionável. Embora não se possa considerar seu texto inédito, há que se considerar que, uma visita ao que já se produziu anteriormente sempre trará algo de novo.

---

\* TARCÍSIO VANDERLINDE é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense; professor adjunto D da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.